



## DINÂMICA RECENTE DA PECUÁRIA BOVINA BRASILEIRA

Gláycion Vinícios Antunes de Souza<sup>1</sup>

### RESUMO:

A bovinocultura de corte é um dos ramos do agronegócio globalizado brasileiro com grande destaque nacional e internacional, reconhecido por ter um desenvolvimento técnico-científico avançado, sobretudo, no melhoramento genético dos animais. Além disso, tem um dos maiores efetivos bovinos do mundo, é um dos líderes na exportação de carne; ademais, importantes corporações frigoríficas transnacionais são oriundas do território nacional. Uma das características intrínsecas mais notáveis deste setor no Brasil é o sistema de produção extensivo que utiliza as pastagens como principal base alimentar dos animais, um elemento diferenciador de outros grandes países produtores e exportadores de carne, e, que implica, diretamente, na forma de uso do território por esse ramo produtivo. O objetivo do trabalho é avaliar a dinâmica da pecuária bovina de corte a partir dos anos 2000 por intermédio de duas variáveis: as pastagens (plantadas e naturais) e o efetivo bovino. Ambas variáveis são de fundamental importância para compreender a evolução e a direção da atividade no território, bem como para identificar as principais regiões produtivas desse setor. Metodologicamente, o trabalho está constituído por revisão bibliográfica temática e teórica, e pela pesquisa estatístico-documental.

**Palavras-chave:** Pecuária bovina; Pastagem; Agronegócio; Região Produtiva.

### ABSTRACT:

Beef cattle raising is one of the branches of globalized Brazilian agribusiness with great national and international prominence, recognized for having an advanced technical-scientific development, specially in the genetic improvement of animals. Besides having one of the largest cattle herds in the world, it is one of the leaders in meat exports; in addition to that, important transnational meat-packing corporations come from the national territory. One of the most notable intrinsic characteristics of this sector in Brazil is the extensive production system that uses pastures as the main food base for animals, a differentiating element from other large meat producing and exporting countries, and which directly implies in the form territory use by this productive branch. The objective of this paper is to evaluate the dynamics of beef cattle raising from the 2000s onwards through two variables: pastures (planted and natural) and cattle herd. Both variables are of fundamental importance to understand the evolution and direction of activity in the territory, as well as to identify the main productive regions in this sector. Methodologically, this paper is constituted by thematic and theoretical bibliographic review, and by documentary-statistical research.

**Keywords:** Cattle breeding; Pasture; Agribusiness; Productive Region.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), glayconantunrs@hotmail.com.



## INTRODUÇÃO

Desde a primeira década do século XXI, verificamos diferentes mudanças produtivas e econômicas no Brasil, implicando numa reconfiguração urbano-regional no território (BRANDÃO, 2019). O agronegócio brasileiro é um dos setores que vem sofrendo com alterações como a fusão e a aquisição de grandes corporações de cada segmento da agropecuária, e possui um significativo aumento do financiamento Estatal nas empresas (*players* globais) e produtores (via Banco Nacional de Desenvolvimento Social e crédito rural), além da crescente financeirização do setor a partir de fundos de investimentos (soberanos, de pensão, de *hedge*, etc.), entre outros fatores.

Observamos, também, o esforço do Estado brasileiro em estimular a exportação de *commodities* (minerais e agrícolas) – aproveitando o período de aquecimento comercial das *commodities* em âmbito internacional, com objetivo de gerar saldos comerciais externos para suprir o *déficit* da conta corrente. O Estado, juntamente aos agentes da agropecuária “moderna” (produtores, agroindústrias e especuladores fundiários), estabeleceu um pacto da economia política do agronegócio expressa pela reorganização econômica, técnica e política no setor cuja base estrutural foi a inserção do capital financeiro na captura da renda da terra (DELGADO, 2012).

Esta nova configuração do agronegócio globalizado vem promovendo uma “*comoditização* do território” devido a incorporação de novos objetos e ações para viabilizar e estimular a competitividade regional da agropecuária brasileira (CASTILLO, 2011). Para Frederico e Almeida (2016), houve o estabelecimento de um pacto da economia política do território fundado no agronegócio, e uma de suas expressões foi o surgimento de novas regiões produtivas do agronegócio (ELIAS, 2011), com diferentes graus de competitividade, frutos de uma nova divisão social e territorial do trabalho.

Entre os vários ramos do agronegócio, a pecuária bovina de corte<sup>2</sup> está destacando-se em âmbito nacional e internacional. No cenário internacional, o Brasil é um dos maiores exportadores de carne bovina, disputando ano a ano as primeiras colocações com os Estados Unidos da América, Austrália e Índia; além de ter um dos maiores rebanhos e frigoríficos de bovinos do mundo (AURÉLIO NETO, 2018). Tais

---

<sup>2</sup> Este trabalho é resultado de pesquisa em andamento de doutorado, que conta com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



informações demonstram o papel assumido pelo Brasil na dinâmica produtiva desse setor no contexto internacional, podendo ser considerado como importante *player* global na produção de carne bovina, na atualidade.

Somando a isso, a bovinocultura – em especial a de corte – é uma das atividades do agronegócio globalizado que mais ocupa as terras agropecuárias do território nacional, através das pastagens (naturais e plantadas), pois essa é a principal base alimentar desses animais, que é uma das características intrínsecas mais marcantes neste setor.

Uma das particularidades da pecuária bovina de corte no Brasil é o uso extensivo da terra, motivado pela opção de alimentar os animais, fundamentalmente, com as gramíneas disponíveis nos pastos (naturais e plantados), em detrimento dos sistemas intensivo e semi-intensivo. Neste sentido, compreender a dinâmica das pastagens (naturais e plantadas) é de fundamental importância para entender o uso do território (SANTOS; SILVEIRA, 2010) realizado pela bovinocultura brasileira, e essas, juntamente ao efetivo bovino, são uma das variáveis importantes para representação das principais regiões produtivas da pecuária bovina de corte.

Desse modo, cabe investigar as condições que influenciaram os diferentes ritmos de expansão ou retração dos pastos e do efetivo bovino (plantados e naturais, assim como a quantidade dos animais) e sua distribuição pelo território. Portanto, este trabalho tem como objetivo compreender a recente dinâmica da pecuária bovina no Brasil (a partir de 2000) através da análise do comportamento das áreas de pastagens (naturais e plantadas) e do efetivo bovino, com o intuito de demonstrar os lugares que estão conhecendo o processo de especialização regional produtiva.

## **CARACTERÍSTICAS INTRÍNSECAS DA PECUÁRIA BOVINA BRASILEIRA**

Cada mercadoria carrega consigo singularidades que impõem formas diferenciadas da produção agropecuária, observáveis nas formas variadas de transportar, produzir, comercializar e armazenar de cada ramo, o que implica em arranjos produtivos únicos e demandam do espaço geográfico um gama de ações, normas e técnicas para sua realização. Conforme Castillo (2013), conhecer as características intrínsecas do ramo produtivo é uma tarefa importante de se fazer, pois auxilia a entender o funcionamento do circuito produtivo e das regiões produtivas. As características intrínsecas, mesmo possuindo certa “autonomia” às condições geográficas, relacionam-se com as condições



extrínsecas existentes em cada região do país, em decorrência das situações herdadas do território seja elas materiais e imateriais, impondo dificuldades ou facilidades para a atividade produtiva (CASTILLO, 2013).

A pecuária bovina brasileira, em especial a de corte, possui inúmeras particularidades produtivas que, de forma geral, podem ser encontradas no território como um todo e podem ser resumidas nas seguintes características:

a) Sistema de inspeção sanitária: todo produto de origem animal, teoricamente, é obrigado a passar por uma inspeção sanitária para verificar a qualidade do produto. Atualmente, existem ao menos três selos que atestam que o produto passou por uma inspeção, a saber: SIF – Serviço de Inspeção Federal, SIE – Serviço de Inspeção Estadual, SIM – Serviço de Inspeção Municipal. Cada uma dessas inspeções têm um grau de exigência sanitária que influencia na escala de comercialização. O mais criterioso é o SIF. Com este selo, os produtos podem ser comercializados para todo o país e para o mercado externo – desde que as empresas cumpram outras exigências do país importador. Já as mercadorias com SIE são vendidas apenas no próprio estado, enquanto ao SIM é permitida a comercialização somente no próprio município certificador; ou seja, essa norma sanitária restringe o alcance da circulação da mercadoria, sendo os frigoríficos com SIF os únicos com livre acesso ao mercado nacional e internacional;

b) Longo ciclo de produção dos animais: diferente de muitos ramos do agronegócio globalizado, em que o ciclo produtivo é curto, já que leva alguns meses, a bovinocultura de corte possui um longo ciclo produtivo de, no mínimo, três anos. Isso envolve diferentes fases entre cria, recria e engorda, cada uma com particularidades técnicas, em que cada produtor pode se especializar em uma ou duas dessas etapas ou realizar todas elas, sendo no mesmo lugar ou em áreas diferentes. Essas características podem implicar na flutuação do valor da carne se houver ausência, baixa ou alta quantidade de efetivo de animais em alguma dessas fases. Somando a isso, há a crescente demanda por inovação da biotecnologia para acelerar o desenvolvimento dos animais de cada uma dessas fases, com intuito de diminuir o tempo de produção;

c) Formas específicas de transporte dos animais vivos e da carne: o modal mais usado no Brasil para transporte de bovinos é o rodoviário, e o tempo recomendado para o transporte desses animais é de até 12 horas (MAPA, 2013). Ao ultrapassar esse período é aconselhado o desembarque dos animais e o reembarque deve acontecer depois de 18 horas de descanso (MAPA, 2013). Assim, observamos que, em geral, os frigoríficos com



SIF, em especial aqueles integrados com a lógica global de produção, ficam localizados num raio médio de até 200 quilômetros dos principais municípios de produção de bovinos (OLIVEIRA; BEZERRA, 2005). Com isso, evita o prolongamento das viagens, reduz o estresse dos animais, e outras intercorrências, tais como ferimentos e morte, e assim, diminuem as possibilidades de perda de qualidade da carne. Após o abate, a carne bovina tem que ser transportada rapidamente para o mercado consumidor, já que é um produto de alta perecibilidade, fundamentalmente, as carnes refrigeradas que devem ser consumidas em até 120 dias, enquanto as congeladas têm uma validade de até dois dias (SILVA *et al*, 2010). Isso demanda uma fluidez territorial, uma logística eficiente para que a mercadoria possa circular mais rapidamente das regiões produtoras até os mercados consumidores.

d) Sistema de produção: as formas de criar os bovinos são feitas através de três sistemas: o intensivo, o semi-intensivo e o extensivo. O grau de uso de tecnologia e capital em cada um desses sistemas varia, sendo o intensivo o mais caro e com melhor resultado com relação à qualidade da carne e na eficiência produtiva, devido ao uso do confinamento e suplemento alimentar que colaboram para o ganho de peso mais rápido dos animais, sobretudo na fase de engorda. Já no sistema semi-intensivo, há o uso de suplemento alimentar em algum período da criação dos animais, contudo, o uso de pastagens para alimentar é maior do que o suplemento; no tocante ao sistema extensivo, este é caracterizado pelo uso majoritário das pastagens como base de alimentação dos animais, precisando de ocupar vastas áreas para nutri-los. De forma geral, as gramíneas possuem baixo valor nutricional e, com isso, os bovinos necessitam de consumir maiores quantidades de pastos. No Brasil, o sistema mais recorrente é o extensivo, o que implica na ocupação de grandes áreas para produção de bovinos proporcionando a manutenção dos latifúndios. Sem dúvidas, essa é a principal característica intrínseca da pecuária bovina brasileira, pois ela se relaciona diretamente com a forma de uso do território, o que, de certo modo, dificulta o uso mais diversificado de áreas com potencialidade agropecuária, e que merecem ser detalhadas a seguir.

## **ANÁLISE DA DINÂMICA DAS PASTAGENS**

Estima-se que 80% da produção de bovinos de corte no país é realizada quase que, exclusivamente, ao pasto, por ser o sistema mais barato e prático de produzir e



oferecer alimento aos animais, além de exigir pouca mão de obra (DIAS-FILHO, 2014). Landau *et al* (2020), em posse de dados de 2018 da ABIEC – Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carnes, afirmam que 87% da produção do gado bovino (cria, cria e engorda) são feitos em pastagens, e 13% no sistema intensivo. Essa é uma das particularidades da produção de bovinos de corte no Brasil, pois em outros grandes países criadores e exportadores, Estados Unidos e Austrália, há o predomínio do confinamento como sistema de produção. Esse fato é apontado por alguns autores como uma vantagem competitiva da carne brasileira no cenário internacional (AURÉLIO NETO, 2018; LANDAU *et al*, 2020).

Assim, a criação de bovinos extensivamente incide diretamente na manutenção, ou mesmo no aprofundamento do controle de propriedades com grandes extensões de terras ou na abertura de novos espaços de produção. Nesse sentido, compreender a dinâmica das pastagens (naturais e plantadas) é de fundamental importância para entender o comportamento do uso do território pela bovinocultura de corte brasileira. Avaliar o ritmo e a direção de expansão ou retração das áreas de pastagens é base importante para a investigação da bovinocultura, bem como indicador fundamental para reconhecer as principais regiões produtivas da pecuária bovina de corte.

Segundo dados do Censo Agropecuário (2017), em 2017, as pastagens naturais e plantadas (em boas e más condições) somaram cerca de 158,6 milhões de hectares (ha), isso corresponde a quase duas vezes e meia o tamanho da França. Contudo, a área de pastos passou por redução aproximada de 1,4 milhões ha se comparada ao ano de 2006. Isso resulta da redução das pastagens naturais (11 milhões de ha). Entretanto, no período em questão, houve a expansão das pastagens plantadas (9,3 milhões de há) o que indica uma expansão racionalizada da bovinocultura, revelando interesses e expectativas com a abertura de novas frentes de expansão.

Mesmo com a redução total das pastagens, elas são predominantes no conjunto do uso das terras nos estabelecimentos agropecuários. Em 2017, ocupavam aproximadamente 47% das áreas agropecuárias<sup>3</sup>, muito à frente das lavouras temporárias e permanentes que em conjunto somaram quase 9% de áreas nos estabelecimentos agropecuários no Brasil (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017). Tais dados evidenciam a

---

<sup>3</sup> Isso se considerarmos o total de uso de terra nos estabelecimentos agropecuários, tais como: matas e/ou florestas naturais, matas e/ou florestas plantadas, sistemas agrofloretais, cultivos permanentes e temporários. Se considerarmos somente aquelas áreas efetivamente ocupada por atividades agropecuárias a porcentagem de pastagens naturais e plantadas sobe para aproximadamente 72%.





subutilização das terras com potencialidade agrícola no país, fato este apontado por Ladislau Dowbor (2020), uma vez que vastas áreas de terras estão sendo pouco utilizadas para a produção de bovinos e, em média, um bovino ocupa um hectare de terras em pasto, no Brasil.

A análise do Mapa 1<sup>4</sup> pode nos indicar as principais regiões produtivas da bovinocultura de corte. Observa-se que a distribuição de pastagens no país é muito parecida com a repartição do efetivo bovino, aquelas frações com maior quantidade de pastos são aquelas com grande concentração de animais. Além disso, os principais frigoríficos, aqueles com SIF (importantes fixos conectores da rede agroindustrial através da atração de fluxos produtivos e informacionais) encontram-se localizados nessas porções. Assim, quanto maior for a área de pastagem nos lugares, maior será a tendência de especialização regional, uma vez que são regiões com grandes quantidades de bovinos e de frigoríficos.

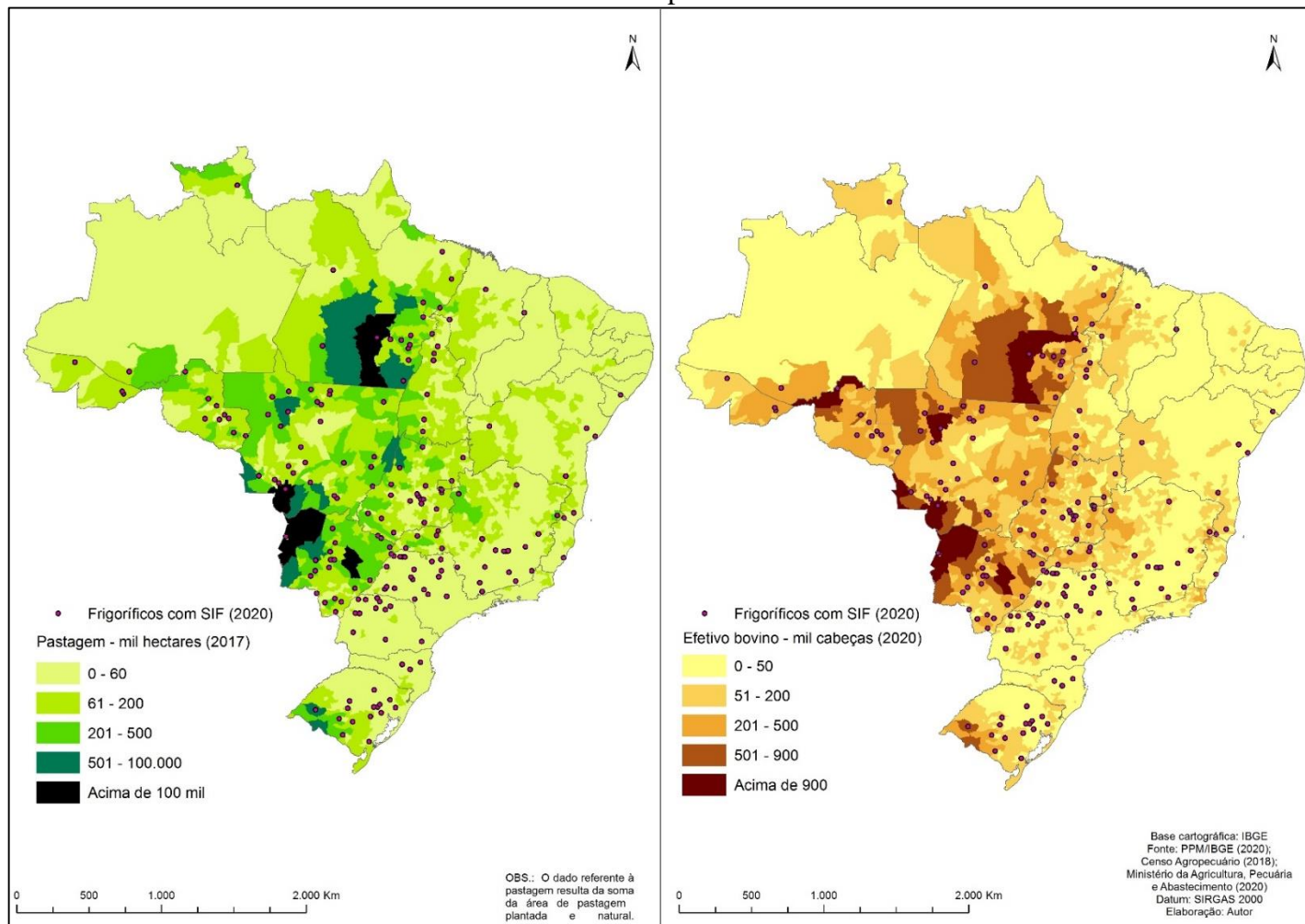
De forma geral, havia um eixo principal das áreas de pastagens visualizadas na porção setentrional do Brasil, envolvendo diferentes unidades da federação: Rondônia, Pará, Tocantins, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, cabendo ainda mencionar o Rio Grande do Sul. Encontramos alguns municípios isolados no Tocantins, porção Oeste de Minas em direção a Goiás, Rondônia, Roraima, Maranhão, Bahia e Amazonas com pastagens superiores a 60 mil há, em 2017. Mas era, sobretudo, na fronteira entre Pará e Mato Grosso, no Centro-Oeste (desde o pantanal mato-grossense e sul mato-grossense passando pela divisa de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás até o oeste do Mato Grosso do Sul), entre os estados do Goiás e Mato Grosso e o Sul do Rio Grande do Sul onde se encontravam a maior concentração de municípios de forma contínua com expressivas áreas de pastos (Mapa 1).

---

<sup>4</sup> O mapa, em questão, foi elaborado a partir da soma das variáveis pastagens naturais e plantadas (em boas e em más condições) disponibilizados pelos Censo Agropecuário de 2006 e 2017.



Mapa 1 – Brasil. Áreas de pastagens, efetivo bovino e frigorífico com SIF por município.



Fontes: Censo Agropecuário (2017); PPM-IBGE (2020); Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA (2020). Elaborador: Autor.

Os dados do censo agropecuário expostos nos Gráfico 1 revelam o comportamento recente das pastagens por grandes regiões do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Entre 2006 e 2017, houve o recuo das pastagens (naturais e plantadas) no Centro-Oeste de, aproximadamente, 3,3 milhões de ha, seguido pelo Nordeste (3,1 milhões ha), Sul (678 mil ha) e Sudeste (592 mil ha). O Centro-Oeste merece destaque por ser a única macrorregião que teve perda de pastagens naturais e plantadas, respectivamente 2,5 milhões e 812 mil ha. Contudo, essa região é a que mais concentra pastos e possuía mais 55 milhões de hectares (35%) no ano de 2017 (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

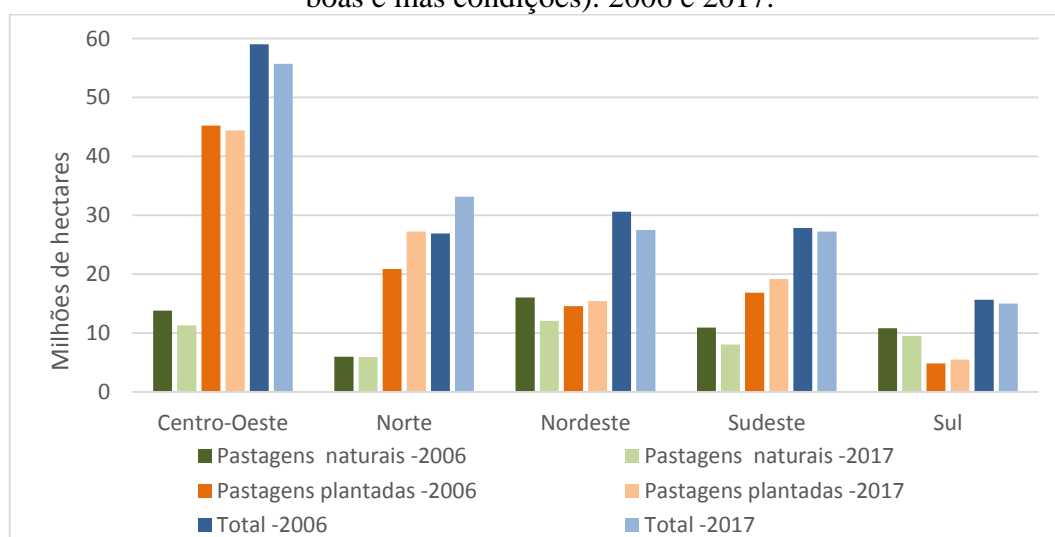
Outra grande região brasileira que vem ganhando destaque, com relação à dinâmica das áreas de pastagens, é o Norte. Essa região foi a única a não ter diminuição





das pastagens entre 2006 e 2017, dessa forma, houve a expansão de 6,2 milhões de ha. Em 2017, havia mais 33 milhões de ha de terras destinadas para pastagens (plantadas e naturais) no Norte, colocando essa região como a segunda maior. Tal situação fora alcançada no decorrer dos anos, pois, em 2006, ocupava a quarta colocação ficando à frente apenas da região Sul (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017). A região Norte conheceu, recentemente, uma forte expansão nas áreas de pastagens plantadas, sinalizando que esta porção do território é alvo da ação dos pecuaristas que estão estendendo suas atividades por incremento de áreas, ou seja, um crescimento horizontal.

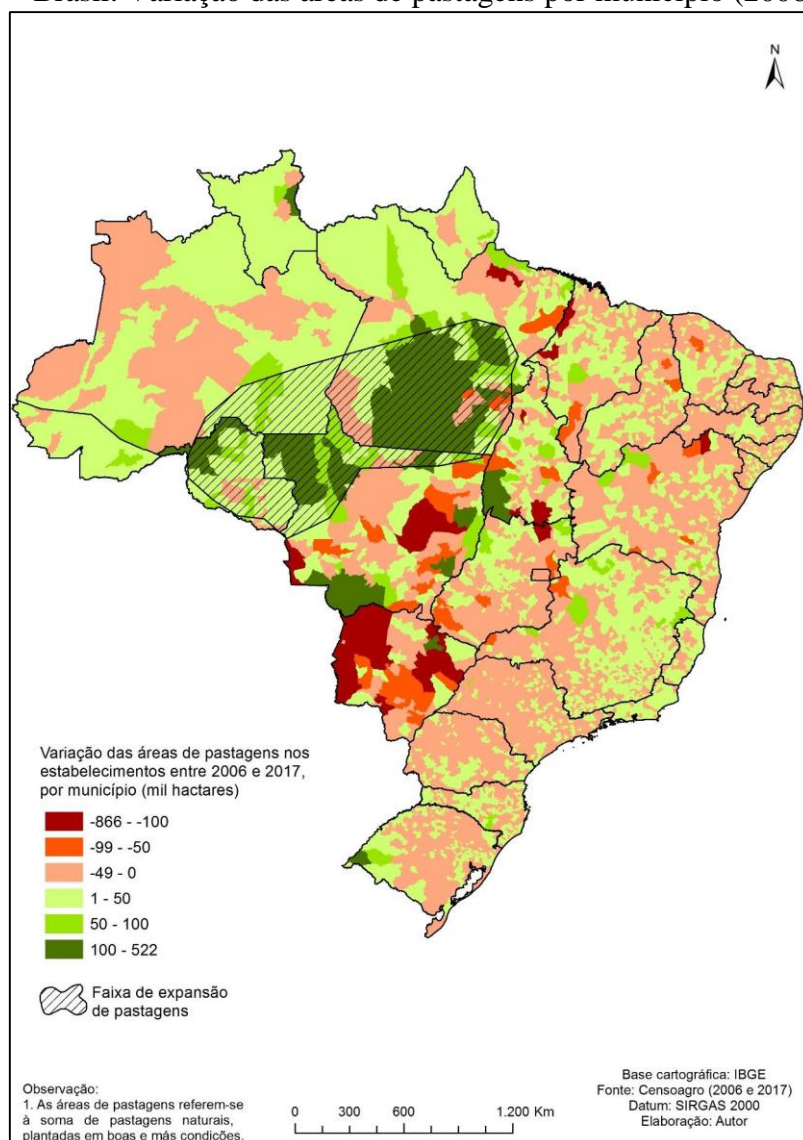
Gráfico 1 – Macrorregiões. Evolução das áreas de pastagens naturais e plantadas (em boas e más condições). 2006 e 2017.



Fonte: Censos Agropecuários (2006 e 2017). Org. Autor.

O Mapa 2 permite analisar de forma mais detalhada a intensidade e a direção do aumento ou retração de pasto entre 2006 e 2017. Percebe-se que Mato Grosso do Sul foi o grande responsável pela queda das pastagens registradas no Centro-Oeste. Somente esse estado teve redução de 3,4 milhões de ha, uma realidade conhecida em quase todos os municípios (69 dos 79). No total, eles somaram mais de 4 milhões de ha de perda, valor superior ao total de pastagens naturais e plantadas nos estabelecimentos agropecuários do estado. Cabe mencionar a queda de mais de 800 mil ha em Goiás, fenômeno conhecido, fundamentalmente, nos municípios localizados mais ao sul do estado, com redução de até 49 mil ha por município. Somente Mato Grosso teve um acréscimo de pastagens de 9,7 mil ha (aumento relativo modesto de 4,4%) no Centro-Oeste, atenuando a perda de pasto nessa região Centro-Oeste.

Mapa 2 – Brasil. Variação das áreas de pastagens por município (2006 e 2017).



Fonte: Censo Agropecuário (2017). Elaborador: Autor.

São Paulo é outro estado que merece destaque, ele foi o segundo estado brasileiro com maior queda de áreas de pastagens, cerca de 2 milhões de ha, ficando atrás apenas de Mato Grosso do Sul. Houve entre 2006 e 2017, uma supressão de pasto de forma generalizada nos municípios paulistas, em geral, a redução foi de até 49 mil hectares em cada município. A diminuição das pastagens nesses lugares está de alguma forma relacionada com a expansão horizontal do cultivo de importantes *commodities* agrícolas durante os últimos 20 anos, fundamentalmente, no cultivo da soja, do milho e da cana-de-açúcar.



Em compensação, observa-se uma forte expansão horizontal das áreas de pastagens em Rondônia, no Norte do Mato Grosso e no Sul/ Sudoeste do Pará, formando uma faixa de municípios quase contínua. Essa fração do país é conhecida, não por coincidência, como arco do desmatamento, demonstrando que a expansão da pecuária bovina ocorre em lugares de desmatamento recente. Como observa-se no mapa 2, é nessa faixa de expansão onde havia a maior quantidade de municípios com aumento de pastos acima de 100 mil ha. Entre 2006 e 2017, 33 municípios tiveram expansão acima de 100 mil ha; desse total, 20 estavam localizados nessa área, uma grande parte estava concentrada no Pará (12 municípios), seguido por Mato Grosso (6 municípios) e Rondônia (2 municípios). Entre 2006 e 2017, verificou-se um acréscimo de pastagens na ordem de 6,1 milhões de ha, dos quais 61% (3,7 milhões de ha) ficaram concentrados nos municípios onde percebeu-se uma forte expansão.

Em resumo, tais informações indicam o crescimento horizontal de pastagens em porções da Amazônia, onde ocorre a abertura de novas áreas para criação de bovinos, configurando-se como os novos espaços da bovinocultura de corte. As terras, nessas frações do território, têm preços menores se comparados aos lugares onde a atividade do agronegócio globalizado é mais consolidado, especialmente, nas macrorregiões Sul e Sudeste. E como a pecuária bovina não exige solos bem trabalhados quimicamente para produzir pastos, ela se instala com maior facilidade nos lugares, diferentemente da agricultura de cana-de-açúcar e soja. Esse é um dos elementos que colaboram a explicar o porquê da precarização da Amazônia (BECKER, 2014).

Somam-se a essa dinâmica alguns estados têm perdido áreas de pastagens entre 2006 e 2017, o que fora um indicativo de redução ou abandono da atividade nesses lugares. Uma das possibilidades para tal situação é a conversão de áreas de pastos para a produção agrícola mais rentáveis economicamente, com destaque às *commodities*.

Para realizar afirmações mais contundentes sobre a dinâmica da bovinocultura, mais especificamente a de corte, não devemos ficar restritos apenas à evolução das pastagens. Outras variáveis chaves precisam ser adicionadas para uma análise mais precisa, levando em consideração o comportamento quantitativo e espacial do efetivo bovino.

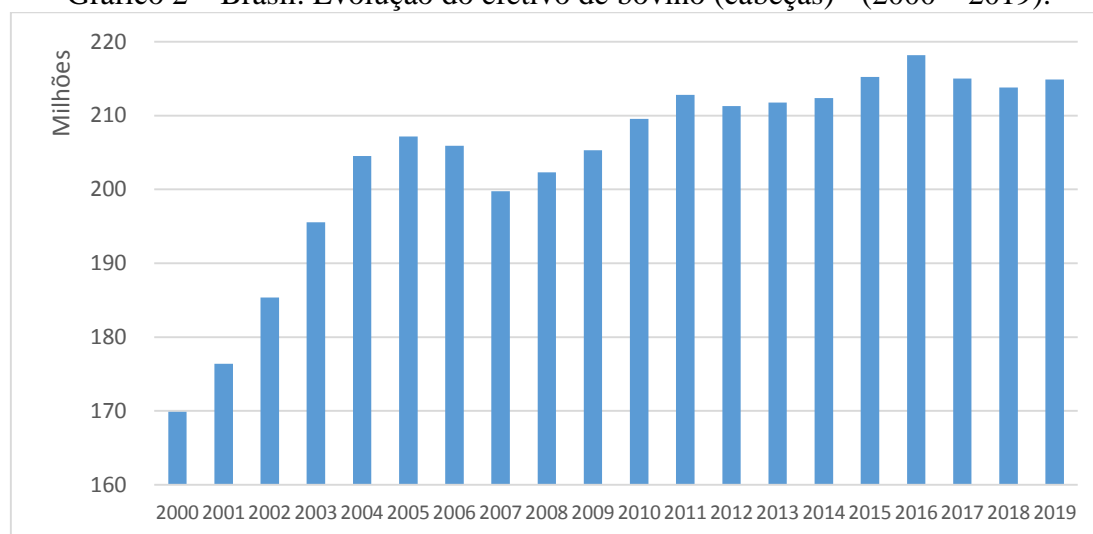


## DINÂMICA DO EFETIVO BOVINO

Assim como as pastagens, analisar a dinâmica do efetivo bovino é elemento base para compreender a própria bovinocultura de corte, bem como os processos de especialização regional. Logo, é necessário sabermos as condições que influenciaram no ritmo evolutivo da quantidade dos animais e na sua distribuição pelo território.

Conforme dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM-IBGE, 2020), o rebanho bovino brasileiro teve, nos primeiros 19 anos do século XXI, o crescimento de 27% (passaram de 170 milhões de animais em 2000, para 215 milhões em 2019) (Gráfico 2). De forma geral, muitas das motivações para esse crescimento têm como fundamentos o melhoramento tecnológico na criação dos animais, o aumento dos preços nacionais e internacionais da carne, o crescimento do consumo (interno e externo), as melhorias nas condições sanitárias, a internacionalização de corporações frigoríficas, etc.

Gráfico 2 – Brasil. Evolução do efetivo de bovino (cabeças) - (2000 – 2019).



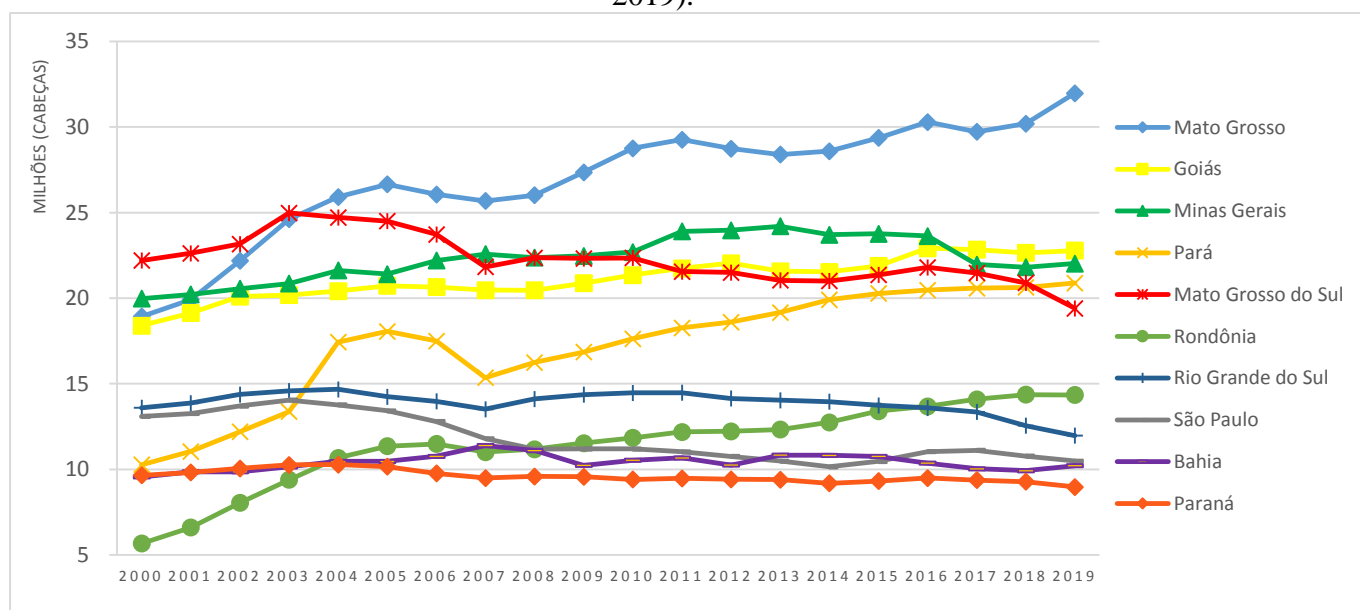
Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (PPM, 2020); Org. Autor.

Entre os anos de 2000 a 2005, registrou-se o aumento na ordem de 22% do efetivo bovino (Gráfico 2), tal condição foi motivada pelo reconhecimento dos principais estados produtores como zonas livres de febre aftosa (MAPA, 2018), oportunizando a expansão das exportações para a Europa, uma vez que os países produtores de carne bovina deste continente estavam com casos de Encefalopatia Espongiforme Bovina - “mal da vaca louca” (AURÉLIO NETO, 2018).



Com o ressurgimento de casos de febre aftosa em Mato Grosso do Sul e Paraná, assim como o rebaixamento de outros estados de zonas livres desse vírus como Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, entre outros (MAPA, 2018), a população de bovinos entrou em declínio de 2005 a 2007, com redução de 7,4 milhões (4%) de animais (PPM-IBGE, 2020). A partir de 2008, momento em que os preços da carne estavam em alta (em contexto internacional) e com o melhor controle sanitário nos principais estados produtores (MAPA, 2018), observou-se uma retomada no equilíbrio da dinâmica do rebanho, com a tendência de crescimento do efetivo com leves flutuações (para baixo ou para cima), influenciadas por oscilações típicas do setor, como abate de fêmeas em momentos de preço baixo da arroba do boi.

Gráfico 3 – Evolução dos dez maiores estados com efetivo bovino (cabeças) (2000 – 2019).



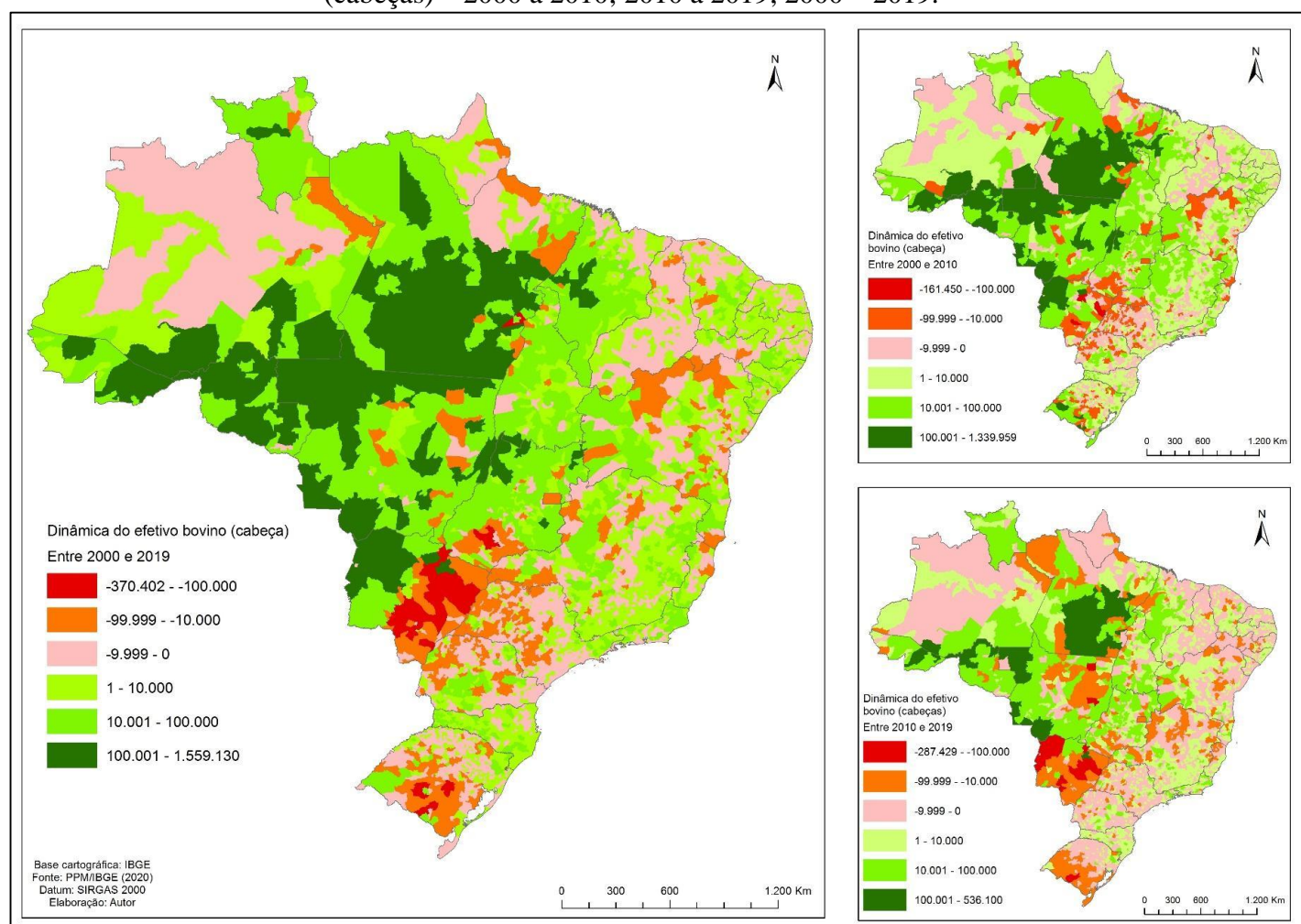
Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (PPM, 2020); Org. Autor.

Desde 2000, cerca de 80% dos bovinos estavam concentrados em dez estados, tendência que se manteve até 2019 (PPM-IBGE, 2020). Em 2000, os maiores estados com rebanho bovino eram de acordo com a relevância: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Pará, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Paraná; que juntos totalizaram 181,5 milhões de bovinos (PPM-IBGE, 2020). Em 2019, a única diferença deste arranjo em relação ao ano de 2000 foi o surgimento de Rondônia entre os dez maiores, retirando o Tocantins deste ranque.



A macrorregião com maior destaque é o Centro-Oeste, pois detinha 34,5% (74,1 milhões) do efetivo bovino do país, no ano de 2019, com destaque para Mato Grosso e Goiás, o primeiro (31,9 milhões) e segundo (22,7 milhões) colocados com maior rebanho, respectivamente. Mato Grosso assumiu esse posto em 2005, e, a partir deste ano, o estado foi se consolidando como o principal estado da pecuária bovina brasileira (Gráfico 3). Já o ritmo de crescimento de Goiás e Mato Grosso foi distinto. Entre 2000 e 2019, Mato Grosso passou por um crescimento mais intenso, de 69%, enquanto no estado goiano a dinâmica foi menos acelerada, com o aumento de 24%.

Mapa 3 – Brasil. Variação recente do efetivo bovino nos municípios brasileiros (cabeças) – 2000 a 2010; 2010 a 2019; 2000 – 2019.



Fonte: PPM-IBGE (2020); Elaborador: Autor.

Por intermédio do mapa 3, observa-se que o período mais acelerado de aumento do rebanho no Mato Grosso foi entre 2000 e 2010, pois 34 municípios tiveram o



incremento de mais de 100 mil cabeças bovinas, enquanto que o período entre 2010 e 2019 registrou apenas nove. O território goiano teve dinâmica parecida, mas com menor intensidade, visto que apenas dois municípios tiveram acréscimos acima de 100 mil cabeças entre 2000 e 2010, enquanto que nos anos de 2010 e 2019 não houve nenhum caso.

Constata-se uma forte redução do plantel bovino na fração sul de Goiás, onde houve queda das pastagens, isso tem, em certa medida, relação com conversão de terras com antigas áreas de pastagens para produção de cana-de-açúcar, cultivo que vem se expandindo na região (SILVA; PEIXINHO, 2019). Entre 2000 e 2019, vários municípios reduziram sua quantidade de bovinos, variando entre 10 a 100 mil animais, chegando ao notório caso de Rio Verde (importante município produtor de soja) com perda total de 115 mil cabeças. Este processo tem ocorrido desde o início dos anos 2000, com maior força entre 2000 a 2010, indicando que não se trata de um acontecimento pontual ou esporádico, mas como um fenômeno processual.

Ao contrário dos outros estados que compõem o Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul vivencia uma diminuição do rebanho bovino. Tal processo foi iniciado em 2003 e permaneceu com tendência de decréscimo gradual até 2019 (Gráfico 3), perdendo 23% do efetivo (quase 2,8 milhões de cabeças) ao compararmos os dados de 2000 e 2019 (PPM-IBGE, 2020). Tal estado possuía o maior rebanho bovino do país em 2000, chegando, em 2019, na quinta colocação, atrás do estado do Pará que não tinha tradição na pecuária bovina. A incidência de febre aftosa, em 2005, forçou o sacrifício de animais contaminados, isso colaborou para a conversão das pastagens para o uso agrícola de cultivos flexíveis como soja e cana-de-açúcar, bem como o cultivo do eucalipto. Essas cultivos agrícolas alcançaram significativos avanços no estado, aproveitando-se de uma conjuntura nacional e internacional favorável (FACCIN, 2017; LAMOSO, 2020).

Percebe-se uma nítida divisão do território sul mato-grossense entre a porção pantaneira, a oeste, onde houve o maior crescimento do rebanho, e as áreas com cerrados (leste) – que concentrou os municípios com maior redução de bovinos (Mapa 3). Num primeiro momento (2000 a 2010), essa dinâmica se restringiu, fundamentalmente, aos municípios da microrregião de Dourados, posteriormente, para toda a porção leste do estado – Três Lagoas, Iguatemi, Nova Andradina e Paranaíba. Os municípios de Três Lagoas, Água Clara, Camapuã, Costa Rica e Maracaju tiveram perda superior a 100 mil



cabeças bovinas entre 2000 e 2019, com destaque para o primeiro, com 370 mil animais a menos (PPM-IBGE, 2020).

São Paulo e Rio Grande do Sul são outros dois estados com longa história com a pecuária bovina, em especial a de corte, que vem diminuindo sua importância no cenário nacional com relação ao efetivo bovino<sup>5</sup>. De 2000 a 2019, houve redução da quantidade de animais na ordem de 20% e 12% para São Paulo e Rio Grande do Sul, respectivamente. Neste período, boa parte dos municípios desses estados perderam alguma quantidade de animais, cerca de 67% para o caso de São Paulo e quase 60% para o Rio Grande do Sul (Mapa 3); ou seja, esse fenômeno ocorreu de forma generalizada pelos dois estados. O ritmo de redução ocorreu em momentos distintos para os dois estados, de forma mais expressiva em São Paulo, entre 2000 e 2010, enquanto no Rio Grande do Sul, a situação ocorreu, especialmente, no período entre 2010 e 2019 (Mapa 9). Novamente, a força das *commodities* agrícolas é uma das causas dessa dinâmica, fundamentalmente, no estado de São Paulo, que se confirmou como o principal produtor de cana-de-açúcar com intensa expansão horizontal e vertical das áreas plantadas (CASTILLO, 2015).

Em contrapartida, ocorreu uma forte expansão da quantidade de bovinos para alguns estados da macrorregião Norte, reunindo 23% do rebanho brasileiro em 2019 (PPM-IBGE, 2020). Destacam-se o Pará e Rondônia que, em 2000, possuíam respectivamente 9,6 e 5,6 milhões de cabeças – conjuntamente 9,3% do rebanho brasileiro (Gráfico 3), entretanto, tais estados, em 2019, foram responsáveis por 16% (35,2 milhões de cabeças) do total do efetivo do país. Entre 2000 e 2019, esses dois estados tiveram um ritmo intenso de expansão do rebanho, com crescimento relativo de 153% e 103% para Rondônia e Pará, respectivamente, ficando atrás apenas do Acre com 240%.

Esse aumento vem ocorrendo, fundamentalmente, nos municípios ao sul do estado paraense, com destaque para São Félix do Xingu, Marabá, Novo Repartimento, Altamira, Cumaru do Norte e Itupiranga, que tiveram acréscimos superiores a 500 mil animais (Mapa 3). São Félix do Xingu merece ser evidenciado, pois teve considerável aumento, passando de, aproximadamente, 680 mil animais para 2,2 milhões, entre 2000 e 2019, sendo o município com maior efetivo bovino do país (PPM-IBGE, 2020). Em Rondônia, a dinâmica se deu de forma generalizada por todo estado, destacando o

---

<sup>5</sup> Além desses dois e Mato Grosso do Sul, os estados do Paraná, Piauí, Amapá e Distrito Federal, são os casos de decréscimo da população bovina nos anos de 2000 a 2019 (PPM-IBGE, 2020).



aumento de bovinos nos municípios de Porto Velho e Nova Mamoré, com 980 mil e 652 mil animais, respectivamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da dinâmica da bovinocultura brasileira revela a divisão do território pelo setor. A expansão desse setor pelo território está inserindo novas racionalidades produtivas com outros sentidos, lógicas e técnicas nos lugares que acolhem novos eventos produzidos por essa atividade; vão se conformando novos *fronts* da pecuária bovina, onde a divisão territorial do trabalho é menos densa se comparada às áreas de *belts* da pecuária bovina. Essas são as regiões produtivas da bovinocultura mais recentes, onde observamos as maiores expansões horizontais das pastagens, bem como o crescimento muito intenso do efetivo bovino, encontradas, especialmente, no norte do Mato Grosso, Sul do Pará, Rondônia e algumas frações do Goiás, Acre e Amazonas.

Tais variáveis possibilitam avaliar o processo de consolidação e enfraquecimento, ou mesmo abandono, da pecuária bovina por certas frações do território. Essas últimas possuem maiores acúmulos de conhecimento produtivo, maiores rugosidades (SANTOS, 2002), podendo ser consideradas como *belts* da pecuária bovina. Estes são os casos experimentados por algumas regiões do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Oeste Paulista, pois são áreas com longos históricos de vivência com a bovinocultura de corte e que, recentemente, vem entrando em um aparente desaquecimento. Essas regiões tiveram forte expansão do agronegócio canavieiro e da soja estabelecida em certa medida em antigas áreas de pastos, o que nos ajuda a explicar a retração das pastagens nestas porções do país.

Toda essa configuração ocasiona drásticas consequências ambientais, sociais e territoriais, tais como o aumento do desmatamento e das queimadas das vegetações nativas; o avanço de grilagem de terras, a invasão de terras indígenas, a violência e perseguição aos pequenos agricultores. Além dessas implicações, a manutenção de grandes extensões de pastagens no território resulta numa subutilização das terras, na manutenção dos latifúndios e, ao mesmo tempo, limita o uso da terra para produção mais diversificada de alimentos. Como está atualmente estruturada a pecuária bovina extensiva arrocha o nó da terra do agronegócio (ELIAS, 2018), devido a concentração fundiária estabelecida por esse setor; e com isso trava propostas mais plurais de uso do território,





pois dificulta o acesso às terras com potencial agrícola a outras formas de uso delas. Dessa maneira, esse setor produtivo é uma atividade econômica que acirra as desigualdades sociais no campo brasileiro.

## REFERÊNCIAS

AURÉLIO NETO, Onofre. O Brasil no mercado mundial de carne bovina: análise da competitividade da produção e da logística de exportação brasileira. **Ateliê geográfico**, v. 12, p. 183-204, 2018.

BRANDÃO, Carlos. Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do século XXI. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais (ANPUR)**, v. 21, p. 258, 2019.

BECKER, Bertha Koiffman. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CASTILLO, Ricardo Abid. Agricultura globalizada e logística nos cerrados brasileiros. In: SILVEIRA, Márcio Rogério. (Org.). **Circulação, transportes e território: diferentes perspectivas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 331-354.

\_\_\_\_\_. A expansão do setor sucroenergético no Brasil. In: Júlia Adão Bernardes; Catia Antonia da Silva; Roberta Carvalho Arruzzo. (Org.). **Espaço e energia**: mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013, v. 1, p. 62

CENSOAGRO. **Resultados definitivos**. 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso: 12 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Segunda apuração**. 2006. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>. Acesso: 14 out. 2020.

DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DIAS-FILHO, Moacyr Bernardino. **Diagnóstico das Pastagens no Brasil**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2014.

DOWBOR, Ladislau. **Os cinco fatores de nossa miséria**. Observa BR. (2020). Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/observabr/2020/10/05/ladislau-dowbor-os-cinco-fatores-de-nossa-miseria/>>. Acesso em: 20 de set. de 2021.

ELIAS, Denise. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, [s/i], v.13, n.2, p. 153-170, 2011.

\_\_\_\_\_. Interações entre o rural e o urbano a partir do agronegócio globalizado e desenvolvimento regional. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. (Org.). **Territórios, redes e desenvolvimento regional**: perspectivas e desafios. Florianópolis: Insular, 2018, p. 117-134.

FACCIN, Ana Carolina Torelli Marquezini. **Complexo soja no Mato Grosso do Sul: competitividade regional e vulnerabilidade territorial**. 2017. 219f. Tese (Doutorado) – Curso de geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.





FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina . Economia política do território e logística do agronegócio nos cerrados brasileiros. In: BUHLER, E.A.; GUIBERT, M.; OLIVEIRA, V. L.. (Org.). **Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização**: abordagens a partir da América do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Pecuária, espaço e recursos no Mato Grosso do Sul - Brasil. **Campo-Território**, v. 15, p. 249-268, 2020.

LANDAU, Elena Charlotte et al. Evolução da área ocupada por pastagens. In: LANDAU, Elena Charlotte et al (org.). **Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas**: produtos de origem animal e da silvicultura. Brasília, DF: Embrapa, 2020.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Boas práticas de manejo, transporte**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: MAPA, 2013.

\_\_\_\_\_. **Evolução das zonas livres de Febre Aftosa no Brasil**. 2018.

Disponível em: < [https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/saude-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa/documentos-febre-aftosa/EvoluodaszonaslivresdeFA\\_2018.pdf](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/saude-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa/documentos-febre-aftosa/EvoluodaszonaslivresdeFA_2018.pdf)>. Acesso: 7 jan. 2021.

OLIVEIRA, Andréa Leda Ramos; BEZERRA, Luiza Maria Capanema. **Os frigoríficos e a logística de exportação da carne bovina**. Instituto de Economia Agrícola (IEA – SP). Disponível em:<<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=2567>>. Acesso: 05 de out de 2020

PPM – PESQUISA DA PECUÁRIA MUNICIPAL. **Efetivo do rebanho bovino**. 2020. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>>. Acesso 05 jul. 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SILVA, Roberto Fray *et al.* A logística da carne bovina: produtos desossados e refrigerados. **Agroanalysis (FGV)**, v. 30, p. 36-37, 2010.

SILVA, William Ferreira; PEIXINHO, Dimas Moraes. Regiões produtivas canavieiras em Goiás. In: BERNARDES, Júlia Adão; CASTILLO, Ricar Abid (org.). **Espaço geográfico e competitividade**: regionalização do setor sucroenergético no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. p. 91-108.